I Grupo Parlamentar I

Bloco defende monitorização e prevenção de situações de violência obstétrica nos hospitais dos Açores

Um estudo nacional – que também abrangeu os Açores – concluiu que 30% das mulheres sentem ter sido vítimas de abusos no parto. O Bloco de Esquerda alerta para a importância de monitorizar e prevenir situações de violência obstétrica e por isso pediu dados ao Governo sobre a realidade dos hospitais dos Açores.

Entre 2015 e 2019, a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto desenvolveu e aplicou a segunda edição do inquérito “Experiências de Parto em Portugal”, em que participaram também 81 mulheres açorianas. O estudo concluiu que 30% das mulheres afirmam terem sido vítimas de abuso, desrespeito ou discriminação durante o parto.

As intervenções não consentidas foram apontadas como a forma mais recorrente dessa violência.

Um outro estudo, publicado na revista "The Lancet Regional Health Europe" concluiu que, em 2020, as grávidas portuguesas foram mais submetidas a práticas não recomendadas pela Organização Mundial de Saúde do que as mulheres de outros 11 países da Europa. Em causa estão a episiotomia de rotina – um corte feito na região do períneo para ampliar o canal do parto – a manobra de Kristeller – aplicação de pressão na parte superior do abdómen para facilitar a saída do bebé, uma prática proibida em vários países – e o “ponto do marido”, que consiste num ponto que se faz ao término da sutura de uma episiotomia, com o objetivo de estreitar a área vaginal.

O Bloco de Esquerda considera que há falta de sensibilização para esta realidade nos Açores e defende que é necessário conhecer os dados para que se possa agir de forma proativa na prevenção e irradicação de situações de violência obstétrica, “uma realidade pela qual muitas mulheres passam sem sequer a identificar como uma violação dos seus direitos”.

O Bloco quer, por isso, saber qual o número de cesarianas, partos vaginais, episiotomias, manobras de Kristeller e partos instrumentalizados realizados nos hospitais da região, por ano, desde 2020, em cada hospital dos Açores.

Através de requerimento, o deputado e a deputada do Bloco perguntam ainda que medidas têm sido adotadas, quer pelo Governo Regional, quer por cada serviço de ginecologia, obstetrícia e bloco de partos, para monitorizar, prevenir e erradicar situações de violência obstétrica.

Ponta Delgada, 1 de agosto de 2022